



## GT 40. Etnografia e documentos

### Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

### Sessão 1

**Debatedor/a:** Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

### Sessão 2

**Debatedor/a:** Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

### Sessão 3

**Debatedor/a:** Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOURET, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

### **A CPI da Funai e do Incra (2015-2017) a partir de seus documentos**

**Autoria:** Julia Marques Dalla Costa (Incra)

A CPI da Funai e do Incra (2015-2017) objetivou investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em suas atribuições de demarcação de terras indígenas e quilombolas. As principais razões alegadas para a instauração dessa comissão foram as invalidades dos processos demarcatórios, ancorados em ?laudos antropológicos fraudulentos?. O presente work, fruto de dissertação de mestrado, objetiva discutir as contribuições da etnografia de documentos nos estudos das práticas estatais. Os documentos circulados na CPI proporcionaram a discussão de como a antropologia e os antropólogos foram acionados nesse evento. Composta em sua maior parte por parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a CPI teve a agenda de work pautada por esse grupo. O grupo de oposição da CPI, estabelecido a partir de parlamentares que têm trajetórias políticas contrárias à pauta da bancada ruralista, protagonizou diversos embates, em particular acerca da condução dos works da comissão, que influenciam diretamente os documentos produzidos. No tocante à Antropologia, foram 4 audiências em que antropólogos se fizeram presentes, além de diversas outras menções e referências. Por meio dessas participações, registradas em notas taquigráficas, aliadas aos demais documentos da comissão, foi possível mapear a discussão sobre a pesquisa antropológica e o papel da antropologia no âmbito dos processos de



identificação territorial de povos indígenas e quilombolas. Destaca-se que os documentos revelam também as ausências na CPI, produzindo silenciamentos a indígenas, quilombolas e organizações da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Antropologia. Com isso, sugere-se uma reflexão sobre a ação de silenciamento e como ela possibilitou a elaboração de documentos que, sob a chancela da impessoalidade do Estado brasileiro, se constituíram em registros parciais e enviesados.



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

### Realização:



### Apoio:



### Organização: